ISSN: 2358-8829

CARTOGRAFIAS DA LEITURA COLONIAL: INDÍCIOS HISTÓRICOS DA CIRCULAÇÃO DE LIVROS, DA LEITURA E DO LEITOR NO BRASIL COLÔNIA

Marcos Cézar Santos dos Anjos[1]
Maria Eduarda de Souza Rocha Gouveia Lima[2]
Fabiana Ramos[3]

INTRODUÇÃO

Este estudo trata da circulação e do impacto dos livros e da leitura no Brasil Colonial. A análise dessa temática permite acessar raízes históricas relacionadas ao acesso ao conhecimento, ao livro e da leitura e suas influências na sociedade. A escolha do tema fundamenta-se na relevância histórica do livro e da leitura como práticas e instrumentos de formação do pensamento, que nos permitem conhecer a história desses elementos frequentemente discutidos nos estudos e pesquisas atuais.

Terra habitada por povos que posteriormente seriam denominados indígenas, o Brasil foi conquistado em 1500 com a chegada da esquadra portuguesa que rumava às Índias, passando a receber influências da civilização ocidental e cristã. Em 1549, desembarca na colônia Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, acompanhado dos primeiros jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega, cuja missão era converter os povos nativos aos ideais e doutrinas europeias e católicas. Tal iniciativa deu início a uma intensa dominação cultural e a um processo sistemático de aculturação (Saviani, 2019). Conforme destaca Saviani (2019), a inserção do Brasil no mundo ocidental consolidou-se por meio de três frentes articuladas: a colonização (posse e exploração das terras), a educação (como mecanismo de dominação cultural) e a catequese (conversão dos nativos aos princípios religiosos dos colonizadores). Essas frentes evidenciam uma atuação pedagógica intencional, sistemática e planejada por parte dos jesuítas no processo de conquista dos povos e dos territórios brasileiros.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd/UFCG.
E-mail: cezar.santos.anjos2015@gmail.com.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd/UFCG.
E-mail: eduardarchx2201@gmail.com.
[3] Professora orientadora: Doutora em Linguística, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Campina Grande, UFCG. E-mail: fabiramos.ufcg@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

A primeira fase da educação jesuítica seguiu o plano de instrução elaborado por Manuel da Nóbrega, centrando o estudo do português para os colonizados (indígenas), orientados pela doutrina cristã, a leitura e escrita, o canto e a música como opcionais. Além disso, culminou no aprendizado profissional agrícola e da gramática latina, esta última destinada a quem fosse realizar estudos superiores na Europa (Saviani, 2019). Contudo, o plano não teve impacto positivo, ficando a cargo da Companhia de Jesus a organização de um plano geral de estudos conhecido como *Ratio Studiorum*, que veio a ter uma definição definitiva em 1599.

Nesse contexto, cabe indagar: como se deu o processo de implementação e circulação do livro e da leitura no período do Brasil Colônia? Assim, o objetivo deste estudo é analisar a presença do livro e da leitura ao longo do período colonial, identificando o processo de implementação e circulação do livro e da leitura no Brasil Colônia. Desse modo, o estudo discute a circulação e implementação do livro e da leitura no ciclo colonizador. Para tanto, por meio de uma abordagem qualitativa, utilizou-se de procedimentos bibliográficos e documentais, analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Os resultados mostram que mesmo diante das restrições institucionais e com forte influência da Igreja Católica, os livros e a leitura contribuíram para a formação cultural e intelectual de leitores que resistiram a tais restrições, tanto no Brasil colônia quanto na Europa. Tais práticas restritivas denunciavam, ainda que de modo indireto, a estrutura social e ideológica vigente, que convertia o acesso à leitura em privilégio e instrumento de poder simbólico nas mãos de determinados grupos.

METODOLOGIA

Como itinerário metodológico, a pesquisa é de abordagem qualitativa, a qual "[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (Minayo, 2013, p. 22). Tal abordagem mostra-se pertinente, pois busca compreender significados, contextos e representações relacionados à presença e à circulação do livro e da leitura no Brasil durante o período colonial.

Os procedimentos técnicos adotados neste estudo baseiam-se nos princípios da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de materiais publicados sobre a temática, enquanto a análise documental recorreu à consulta

de cartas enviadas pelo jesuíta Padre Manoel da Nóbrega a Portugal. A confluência entre esses procedimentos técnicos permite que o estudo adquira solidez e consistência teórica e empírica, possibilitando a identificação do processo de implementação e circulação do livro e da leitura no Brasil Colônia, além de possibilitar uma análise mais cuidadosa sobre seu papel e os desdobramentos na formação do leitor.

Os dados foram analisados à luz do referencial teórico, por meio da análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2011, p. 44, grifos da autora), a qual corresponde a "[...] um *conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens*". A partir dos resultados obtidos, foram construídas as categorias de análise, apresentadas a seguir.

LIVROS CHEGAM, IDEIAS SE CONTÉM: O SABER SACRALIZADO E DOUTRINA NA COLÔNIA

Exercendo uma forte influência nas ideias pedagógicas difundidas no Brasil, foi a Companhia de Jesus que "[...] indiretamente ampliou e trouxe as primeiras leituras para o Brasil. Mesmo leituras obrigatórias e para servir de cópias aos modelos clássicos ou eclesiásticos, aos poucos vieram alicerçar a formação social e literária da Colônia" (Araujo, 1988, p. 22). Até 1549, era presenciado um grande vazio cultural (de acordo com a visão eurocêntrica), político e administrativo (Araujo, 1988). É com a chegada dos jesuítas que o processo colonizador toma forma, principalmente através da educação e da catequese.

A leitura e os livros, firmando-se no ativismo religioso-cultural, chegam à colônia imbuídos de ideais moralistas e pedagógicos, ligados à devoção jesuítica e que, conforme Araujo (1988), tinham ênfase evangelizadora. Ao utilizar de material documental, realizando estudos das cartas jesuítas, o autor esclarece que a pedagogia jesuítica passava por dificuldades em relação ao estudo, que se desenvolviam com lentidão "justamente por faltarem livros que melhor instruíssem sobre as matérias de doutrina e gramática" (Araujo, 1988, p. 25). Ainda conforme o autor citado, "[...] pouco havia em matéria de livros nos primórdios da colonização portuguesa. Os sucessivos pedidos reiteravam o começado por Nóbrega em 1549" (Araujo, 1988, p. 25), o que culminou no ensino rudimentar e limitado. Assim, as cartas dos jesuítas revelam indícios dessa necessidade que se fazia presente na colônia, conforme pode ser explicitado na carta de Nóbrega,

escrita na Bahia e datada em 09 de agosto de 1549, direcionada ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo:

> Antonio Pires pede a Vossa Reverendíssima alguma ferrainenta de carpinteiro, porque elle é nosso official de tudo; Vicente Rodrigues, porque é ermitão, pede muitas sementes; *o padre Navarro e eu, os livros, que já lá pedi, porque nos fazem muita mingua para duvidas que cá ha, que todas se perguntam a mim*" (Nóbrega, 1886, p. 60, grifos nosso).

Contudo, não se sabe ao certo quais títulos circulavam no Brasil Colônia, apenas o caráter religioso empregado nas ideias pedagógicas dos jesuítas. Conforme elucida Araujo (1988, p. 26), os títulos poderiam ser "talvez as Ordenações do Reino, no plano civil e administrativo, por seu caráter legislador, e obras devocionais e teológicas dos religiosos da Companhia", ficando no plano de suposições dos títulos, mas com a certeza do ideal pedagógico-doutrinário-religioso defendido pela Companhia de Jesus. Em carta datada de 1549, destinada ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, Nóbrega (1886, p. 48) pontua:

> O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem eschola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quaes têm grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-hei ensinando as orações e doutrinado-os na Fé até serem habeis para o baptismo. Todos estes que tratam comnosco, dizem que querem ser como nós, sinão que não tém com que se cubram como nós [...] (Nóbrega, 1886, p. 48).

Os indícios revelados na carta demonstram a educação enquanto instrumento de doutrinação, utilizando da catequese como caminho de dominação religiosa e cultural. Ao acentuar que os indígenas queriam aprender e tinham o desejo de serem como os jesuítas, Nóbrega (1886) revela uma visão que legitimava o projeto missionário jesuítico como benéfico e desejado pelos nativos, de modo que o batismo seria a marca de conversão desses povos que passariam a compor um projeto civilizatório eminentemente cristão. Ainda, é possível inferir acerca da desigualdade material e simbólica entre indígenas e colonizadores quando Nóbrega (1886) relata que os indígenas não possuem vestimentas como os colonizadores, o que colabora também para a reafirmação de que os povos colonizados almejam essa uniformização cultural e religiosa, fundamentada na fé cristã.

Em outra carta, Nóbrega (1886) escreve para o padre Simão Rodrigues em 1550, alegando que "O padre Navarro estava (como ainda está) em suas aldeias, pregando aos grandes e ensinando a ler e a fazer orações aos pequenos e ajudando a se afervorarem no

ISSN: 2358-8829

amor de Deus e no desejo do baptismo" (Nóbrega, 1886, p. 74), revelando o ideal pedagógico doutrinário-religioso da missão jesuítica, bem como uma possível interpretação acerca do conteúdo dos livros que até então eram livres para circular na Colônia. A própria carta revela que houve resistência a tal ideal pedagógico, de modo que os costumes desviantes (nativos e escravos) dos consagrados pela Igreja Católica são descritos por Nóbrega como "mau costume".

Mais adiante, Nóbrega (1886, p. 80) cita que "Recebemos aqui tudo segundo nos haveis escripto, isto é, duas caixas com os livros e ornamentos para as egrejas, os quaes eram muito necessários, porque com a ajuda do Senhor se farão egrejas em muitos logares", sinalizando para a expansão das missões jesuítas e consequentemente da doutrinação cristã que, como se pode inferir, se dava mediante os livros e o ensino da leitura. O livro, nesse sentido, é um poderoso instrumento material estratégico no processo de catequização, sendo um elemento essencial na implantação de uma nova ordem social, religiosa e cultural na Colônia.

De acordo com Araujo (1988), o escasso acesso às obras também foi um fator determinante para o não acesso ao saber difundido no mundo, pois os povos colonizados não dispunham de poder econômico, tornando o livro um símbolo de riqueza e que assinalava a posição do sujeito na hierarquia social. Assim, o autor explica sobre o atraso bibliográfico cultural do ponto de vista do colonizador, em que a Colônia brasileira representa para Portugal apenas a extração de riquezas, ou seja, uma relação especulativa e exploratória (Araujo, 1988). Desse modo, é delineado o comportamento colonizador, que busca conhecer o território apenas para extrair e se apropriar de recursos e riquezas, passando a agir "com uma natural negligência pelas coisas da cultura num país habitado por um povo considerado como selvagem e bestial" (Araujo, 1988, p. 30). É importante assinalar que o atraso cultural discutido neste estudo não é relacionado a cultura dos povos que aqui habitavam, mas no sentido de que, do ponto de vista do colonizador, não estar em consonância com os ideais de civilização difundidos no ocidente.

Em linhas gerais, de acordo com Araujo (1988), é só na segunda metade do século XVI, com a instituição das missões jesuíticas, que se pode falar no surgimento de uma formação cultural que englobaria um movimento possível sobre a situação dos livros no Brasil Colônia, cuja circulação passava pelo crivo dos critérios religiosos e doutrinários

católicos. Parte dos jesuítas, como foi visto, o reconhecimento da necessidade de mais livros para compor a formação da colônia nos princípios da catequese.

A CAÇA AOS LIVROS NO BRASIL COLÔNIA: INQUISIÇÃO, CENSURA E PROIBIÇÃO

Para este estudo, cabe assinalar outra interface do lugar do livro e da leitura no Brasil Colônia. Cercados pela censura e controle, os livros e a leitura estavam imersos em um contexto marcado pela repressão da inquisição, que promovia uma verdadeira caça aos livros proibidos tanto em Portugal quanto, posteriormente, no Brasil Colônia. De acordo com Villalta (1999, p. 153), "a vigilância da inquisição sobre a impressão de livros fez-se presente também na Colônia, onde os prelos só foram liberados com a instalação da Corte portuguesa". Além da censura e do controle da Coroa e da Igreja em relação aos livros e a proibição da leitura de determinadas obras, "[...] deve-se mencionar também o controle existente nos colégios jesuíticos em relação aos livros didáticos" (Villalta, 1999, p. 153), indicando uma análise da obra em sua integralidade, visando expurgar de sua composição elementos que os integrantes da Companhia de Jesus julgavam impróprios e prejudiciais à formação dos estudantes (Villalta, 1999). Assim, cabia principalmente à Igreja revisar obras e determinar quais poderiam ser publicadas ou que deveriam ser proibidas, tendo em vista o teor das obras quanto à sua relação com a doutrina cristã.

Nesse contexto de controle hegemônico jesuítico, os livros, enquanto instrumentos que assinalam a cultura e a prática social, eram símbolos de conhecimento e de ascensão social, ou seja, de poder e que por isso nem sempre se enquadraria no rigor axiomático dos jesuítas (Araujo, 1988). Assim, conforme elucida Araujo (1988):

> Ler para apreender e compreender, segundo os cânones inacianos e os padres-professores, não o mundo à volta, mas o mundo como o imaginava e coagia a inteligência jesuítica. Nenhum espaço para a fantasia, para o imaginário, para a abstração, ou para comoção estética ou o experimento crítico. Livros, só os que renovassem a sacralidade da instituição católica medievalizante e sua permanência irreversível (Araujo, 1988, p. 51).

Desse modo, a proibição dos livros seria uma forma de resguardar e perpetuar o poder do Estado-Católico, que vê no autoritarismo dogmático a possibilidade de robustecer a fé. Assim, os livros e a leitura que se faziam presentes na educação do Brasil Colônia não serviram ao desenvolvimento cultural local, pois atuaram como instrumentos

ISSN: 2358-8829

da catequese, de veiculação dos dogmas da Igreja Católica, do colonialismo cultural, no processo de aculturação e dominação dos nativos.

Assim, como mencionado, em 1759 os jesuítas são expulsos e seus colégios são fechados, tanto no território português quanto nas terras além-mar, iniciando uma série de reformas no ensino amparadas pelo Alvará de 28 de junho de 1759, retirando a centralidade da educação dos domínios da Igreja para o Estado. No entanto, os livros dos domínios jesuíticos resistiram, pois, na Colônia, "a falta de livros e a resistência de alguns mestres formados no método jesuítico ajudaram a emperrar a consecução das reformas do ensino e contribuíram para a sobrevivência do emprego dos velhos livros" (Villalta, 1999, p. 202).

Delineando o poder real sobre a igreja, o regalismo se apresenta como uma doutrina política que buscava fortalecer o poder do Estado e minimizar as forças da Igreja no território português (Saviani, 2019). Nesse sentido, como elucida Araujo (1988, p. 141) "Tudo era pretexto para proibir o que não estivesse assente com o regalismo, com a interpretação da soberania do Estado acima da vontade e da defesa dos cidadãos". Esse enfraquecimento da Igreja desemboca também na questão da fiscalização e censura dos livros. Até então era função da Inquisição, controlada pela Igreja Católica, influenciar a censura de livros em Portugal. Associada ao Ordinário e o Desembargo do Paço, firmava-se a Censura Tríplice, tratando-se de órgãos que tinham como função avaliar os conteúdos dos livros conforme seus critérios específicos, e consequentemente reforçando o controle estatal e religioso sobre o conhecimento. A Censura Tríplice durou até 1968, tendo em vista as falhas que se apresentavam nesses três poderes, em que "a lentidão e a falta de uniformidade na ação censória" foram motivos que desfizeram a tríplice (Villalta, 1999, p. 193).

Nesse contexto, houve a flexibilização para que alguns livreiros comerciantes tivessem a permissão de comercializar junto aos privilegiados os livros proibidos. Isso culminou na circulação dos livros proibidos que, frequentemente, chegavam às mãos dos leitores que vedavam a posse da leitura (Villalta, 1999). Esse contexto revela outra situação elencada por Villalta (1999): a repressão aplicada aos sujeitos que portassem livros proibidos era desigual, de modo que a fiscalização era mais severa com aqueles considerados "desqualificados", enquanto os sujeitos aptos receberiam um tratamento mais brando de acordo com a posição social, cultural e profissional (Villalta, 1999).

ISSN: 2358-8829

Assim, a circulação do conhecimento está estritamente relacionada com as relações de poder e a estrutura social da época.

Com a ascensão da doutrina do regalismo e com as reformas de Pombal, a atribuição de fiscalizar, aprovar, publicar e reprovar os livros ficou a cargo da Real Mesa Censória, criada em 18 de maio de 1768 pelo Marquês de Pombal, que unificou em um único tribunal os poderes para fiscalizar todas as obras existentes em Portugal e em seus domínios instaurando a fase de censura única (Villalta, 1999). O século de Pombal, conforme argumenta Araujo (1988), alterou os modelos didáticos jesuíticos (típicos da ideologia catequista e que, por sua vez, ensejavam a expansão dos ideais da Companhia de Jesus), deslocando o eixo da educação a serviço da Igreja Católica para o Estado.

Nesse contexto, a Inquisição realizava fiscalizações de livros tanto em Portugal quanto na Colônia, de modo que nenhum livro poderia ser entregue aos seus destinatários sem antes passar por uma análise. Contudo, após a criação da Real Mesa Censória, sucedeu, entre 1787 a 1794, a Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros. Os livros que não possuíam licença do tribunal censório eram retidos nos portos e alfândegas, de modo que "por determinação da Real Mesa Censória, os juízes das alfândegas ficaram obrigados a remeter todos livros que nelas se achassem para a casa da revisão" (Villalta, 1999, p. 202).

Todavia, isso não impediu que esforços fossem empreendidos para furtar livros apreendidos, ludibriar a fiscalização ou contrabandear livros, o que sinaliza para o fato de "que havia possibilidades de burlar a fiscalização e que, para tanto, contribuíram, de um lado, a inabilidade dos agentes censórios e, de outro, a argúcia do proprietário" (Villalta, 1999, p. 213). Assim, ao passo que as iniciativas repressivas da Mesa e da Coroa se intensificaram, as resistências organizadas pelos leitores ganhavam contornos cada vez mais audaciosos, de modo que muitos dos livros "[...] entraram no Brasil e forneceram elementos de reflexão e desenvolvimento da inteligência nativa" (Araujo, 1988, p. 45).

No que se refere às autoridades coloniais e a posse de livros, Villalta (1999) evidencia que todas as entidades e pessoas responsáveis pela impressão, venda e aquisição de livros ficariam sujeitas a enviarem, segundo o Edital de 10 de julho de 1769, à Real Mesa Censória uma lista com todos os livros que estavam sob seus domínios. Foi através de editais que a Mesa listava os livros proibidos e os livros "aconselháveis". Isso fez com que a fiscalização se estendesse não apenas para a entrada e circulação de livros censurados, mas também para a posse destes, de modo a proteger o Estado, a Religião, a

Moral e a Reforma Pombalina. Araujo (1988) traça alguns livros que eram proibidos, dentre os quais se destacam citados no Alvará de 4 de julho de 1771: livros cujo autores seriam ateus; autores protestantes que afetassem o papado e a Fé Católica; livros que negassem obediência ao Papa; livros de astrologia, feitiçaria; livros obscenos; livros que situassem as sagradas escrituras em sentido diferente dos instituídos pela Igreja Católica; livros que problematizassem direitos, costumes, leis, da Coroa e dos Vassalos; livros compostos para o Ensino das Escolas Menores divergentes dos instituídos pelas Reformas pombalinas, entre outros.

Novamente, as licenças não eram destinadas a todos os sujeitos, e sua concessão ainda passava pelo crivo da posição social, econômica e profissional do sujeito, ou seja, a Real Mesa Censória restringia a posse e a leitura de livros proibidos a grupos específicos da sociedade, fazendo surgir a estratificação estamental-corporativa, que perpassa a relação sociedade e livros, referindo-se a um modelo de organização social em que o acesso a privilégios, como a posse e leitura de livros, estava influenciado por questões econômicas, sociais e profissionais (Villalta, 1999). Assim, "[...] os tribunais definiam o tipo de licença expedida, variável de acordo com o perfil profissional e social dos beneficiários, autorizando, dessa forma, a posse e/ou a leitura de diferentes gêneros de livros proibidos" (Villalta, 1999, p. 228). O tipo de licença, portanto, era definido de acordo com numerações para identificar e classificar o livro e a licença a ser concedida.

LETRAS IMPRESSAS E RUPTURAS: LIVROS, LEITURAS E MUDANÇA COLONIAL

O século XVIII foi significativo para a circulação e produção de livros no Brasil Colônia. Apesar das intensas proibições e fiscalizações, os leitores encontravam rupturas, brechas para encontrarem com os livros. Foi também um século em que se popularizou o comércio de livros, fazendo surgir na colônia um significativo interesse por livros e pela leitura que, infelizmente, era acessível a poucos. As mudanças sociais, políticas, econômicas e administrativas ocorridas tanto na Colônia quanto fora dela colocam, como vimos, diferentes direcionamentos para os leitores. Ao fazer uma investigação acerca do Brasil oitocentista e as mudanças que ocorreram no período, Araujo (1988) assinala que:

> [...] aumentam e massificam-se as bibliotecas, ocorre um crescimento horizontal de títulos e de assuntos, com a variação e circularidade de livros populares desde o século XVIII e o crescimento de outro, novos e antigos,

> alguns até aparecendo pela primeira vez e antes ausentes das livrarias coloniais brasileiras. O que não muda é o perfil sociológico desse leitor, em geral um homem abastado ou de classe média, entre conservador e liberal, ainda preso ao limite da devoção religiosa e ao profissionalismo, seguramente curioso e interessado numa maior gama de interpretações do mundo à sua volta (Araujo, 1988, p. 202).

De acordo com Lajolo e Zilberman (2011), até 1808 era praticamente inexistente a imprensa no Brasil, sendo o Alvará de 20 de março de 1720 um dos impedimentos para a instalação de manufaturas, na colônia, de letras impressas, o que demarca a visão portuguesa em relação à colônia: uma fornecedora de matéria-prima que deve estar isolada do mundo. Assim, foi dificultada a disseminação dos livros e práticas de leitura, mas não impedidas, dadas as discussões tratadas anteriormente sobre a resistência dos leitores. Em 1808, quando D. João VI transferiu a Administração real para o Rio de Janeiro, surgiu a necessidade de um instrumento de publicação dos atos e proclamações, chocando-se com o atraso do modelo colonizador implantado no Brasil Colônia.

Nesse contexto, é estabelecida na Colônia a Impressão Régia, utilizada exclusivamente para a impressão da legislação, documentos oficiais e papéis diplomáticos. Contudo, a instalação e uso das máquinas de impressão estavam sob monopólio do governo, haja vista que se tratavam de máquinas de conhecimento e poder: era uma forma de produzir e fazer circular conhecimentos, mas era utilizada como forma de controlar a informação e como ferramenta política, de modo que teriam o controle das informações disseminadas.

Nos primeiros tempos da imprensa, conforme Lajolo e Zilberman (2011), a censura governamental ainda se fazia presente. As autoras pontuam que prelos ilegais foram instalados no Rio de Janeiro, mas foram repreendidos e tiveram suas atividades suspensas. Apenas na Bahia havia uma tipografia cujas atividades estavam apoiadas pelo governo, a qual foi fundada em 1811 por Manuel Antônio da Silva Serva. Assim, “Só a partir de 1821, por decorrência da Constituição imposta a D. João, após a Revolução do Porto, em 1820, abole-se a censura e termina o monopólio estatal, possibilitando o funcionamento de outras tipografias” (Lajolo; Zilberman, 2011, p. 166).

É justamente no século XIX que vai sendo desenvolvida a tipografia no Brasil que, mesmo com os obstáculos sociais e econômicos, difundiu informações e conhecimentos necessários às mudanças que viriam a ocorrer posteriormente. É importante acentuar que, segundo Araujo (1988):

> A trajetória da Impressão Régia é das mais ricas, pois criou espaços para a edição de livros e periódicos – logo, ampliou o universo de leitores e aguçou a

> curiosidade pública para o saber. Além de impressos de seu interesse imediato (leis, decretos, papéis, memórias de efeito localizado) fez divulgar o saber dos livros e das ideologias. Os jornais da época completam o ciclo de Gutemberg entre nós, ampliando a perspectiva histórica do Brasil Reino e fomentando o vértice da cultura bibliográfica e parodística. Formalizam-se as profissões de livreiro e editor, com excepcionais situações de estabilidade. Muitos livros vão ser objeto de anúncios nos jornais e cria-se o hábito da ida às livrarias nascentes. A primeira metade do século XIX será, portanto, a representação de um momento histórico de luzes, da Impressão Régia e de uma florescente indústria editorial que dão suporte e potencialidade ao consumo de livros e ampliação de leituras (Araujo, 1988, p. 240)

Nesse sentido, a primeira metade do século pode ser vista como um renascimento cultural, especificamente quando é abolida a censura e o monopólio estatal é enfraquecido, impulsionando a criação e funcionamento de outras tipografias. Com a independência e suas consequências, há um significativo aumento do interesse e consumo de livros e leituras com temáticas políticas (Araujo, 1988). Tal desdobramento pode ser traçado em cartografias futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar analisar a presença do livro e da leitura no Brasil ao longo do período colonial, ficou perceptível como a Igreja e a Coroa portuguesa regulavam a circulação dos livros e a relação dos leitores para com estes. É com a chegada dos jesuítas em 1549 que os livros começam a adentrar na Colônia. Entretanto, certamente antes dos jesuítas havia livros na colônia, mas não há como afirmar com precisão as obras que aqui circulavam entre os colonizadores.

Os indícios históricos permitem entender como os limites sociais, econômicos e políticos reduziam o acesso a determinadas obras, e como o processo de fiscalização impunha limites ao leitor tanto na colônia quanto em Portugal. Contudo, isso não impediu que os livros circulassem, haja vista as alternativas que os leitores encontravam. Assim, foi possível identificar o processo de implementação e circulação do livro e da leitura no Brasil Colônia, que, inclusive, ocorreu de forma lenta.

Além disso, o estudo foi capaz de indicar indícios sobre o papel do livro e da leitura durante esse período, de modo que ficou perceptível, por um lado, o caráter doutrinador e evangelizador do livro enquanto instrumento de catequização e, de outro modo, como instrumento de circulação de ideias inspiradas em ideais revolucionários e temáticas consideradas impróprias. Assim, os leitores enfrentavam barreiras sociais, políticas, econômicas e ideológicas que erguiam muros que limitavam seu acesso ao livro

e à leitura. Contudo, como vimos, havia leitores que transgrediram esses muros e limites, que resistiam ao caráter doutrinário de determinadas obras consideradas adequadas.

É a partir da vinda da família real para o Brasil que na Colônia, às vésperas de se tornar Império, a Impressão Régia é permitida em solo brasileiro, o que marcou um avanço significativo na produção de textos, preparando o cenário para a independência do Brasil e para um novo período de desenvolvimento intelectual até então negado. Assim, a leitura, mesmo em meio às restrições na Colônia, consolidou-se como um elemento fundamental na formação da identidade nacional, e os leitores que resistiram são símbolos de luta pela democratização do conhecimento e liberdade que toda produção do saber exige.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. 1988. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas Jesuíticas I:** Cartas do Brasil do Padre Manoel da Nóbrega (1549-1560). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019. (Formato: e-PUB).

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura:** Usos do Livro na América Portuguesa. 1999. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo: 1999.